



Fredric Litto (E) fala na reunião do Conselho de Comunicação Social, ao lado de João Monteiro de Barros Filho e Arnaldo Niskier

Educação a distância “democratiza ensino”

A educação a distância pode ser instrumento de democratização do ensino no Brasil, segundo afirmou ontem o professor Fredric Michael Litto, em audiência promovida pelo Conselho de Comunicação Social. Litto informou que 3 milhões de brasileiros estão participando de cursos a distância. O Conselho de Comunicação aprovou parecer pela rejeição de projeto que considera crime a exibição de cenas de nudez ou de relações sexuais por emissoras de televisão aberta. **Página 2**

Fátima Cleide analisa corrupção em Rondônia

Senadora diz acreditar no envolvimento do Executivo estadual. **Página 4**

Vedoin depõe mais uma vez na CPI

Empresário reúne-se hoje, reservadamente, com o relator e o presidente da CPI dos Sanguessugas para continuar esclarecendo dúvidas

Um dos proprietários da Planam, empresa apontada como organizadora da máfia das ambulâncias, Luiz Antônio Trevisan Vedoin deve reunir-se novamente, a partir das 9h de hoje, com o presidente e o relator da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaglia e senador Amir Lando. A comissão pretende divulgar nesta quinta-feira o relatório sobre o envolvimento de 90 parlamentares – 87 deputados e três senadores – no esquema de venda de ambulâncias a preços superfaturados. Fernando Gabeira acusou o PSB de praticar irregularidades no Ministério da Ciência e Tecnologia. A liderança do partido divulgou nota contestando a denúncia do deputado. **Página 3**

Senado não é uma Casa conservadora, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy disse que, embora muitos considerem o Senado Federal uma Casa mais conservadora que a Câmara dos Deputados, sua experiência de 16 anos no Parlamento não atesta isso. Suplicy também recomendou aos senadores que assistam ao filme *Zuzu Angel* e ao documentário *Estamira*, e referiu-se à visita que fez ao presídio de Araraquara. **Página 4**



Roberto Saturnino: “Deve-se deixar o mercado livre em setores como o biodiesel?”

Saturnino quer debater o futuro

Além das investigações de corrupção, Congresso deveria debruçar-se sobre destino do Brasil, diz senador. **Página 4**



Heráclito: “Em vez de abolir o troca-troca partidário, Lula enveredou pelo mesmo caminho”

Heráclito repele proposta de Lula

Para senador, presidente não tem autoridade moral para defender instalação de assembléia constituinte. **Página 3**

Suassuna pede melhores condições para agricultor

Ney Suassuna disse que vai cobrar do governo federal melhores condições para a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores nordestinos. Medidas já adotadas “não vão resolver definitivamente o problema”, advertiu o senador. **Página 4**

Em audiência no Conselho de Comunicação Social, Fredric Michael Litto ressalta que atualmente, no Brasil, cerca de 3 milhões de pessoas participam de cursos a distância

Para especialista, educação a distância democratiza o ensino

A modalidade de educação a distância pode ser instrumento de democratização do ensino no Brasil, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Fredric Michael Litto, durante audiência realizada ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS).

Litto informou que aproximadamente 3 milhões de pessoas participam atualmente de cursos a distância, no Brasil. Desse total, declarou, cerca de 1,5 milhão de estudantes são provenientes de empresas, 600 mil estudam por intermédio de telecursos e 300 mil pelo Sistema S – integrado pelos serviços nacionais de Aprendizagem Comercial (Senac) e de Aprendizagem Industrial (Senai), entre outros. As universidades atendem cerca de 200 mil estudantes em cursos superiores; 100 mil alunos fazem cursos por correspondência e 300 mil estudam pela internet, disse.

O presidente da Abed informou



Litto destaca aos integrantes do CCS vantagens como o acesso a bibliotecas e museus

ainda que as empresas Google e Microsoft já começaram a digitalizar obras de bibliotecas de todo o mundo e que, em dez anos, 30 milhões de títulos estarão à disposição das pessoas.

Entre as vantagens da educação a distância, Litto destacou a possibilidade de o educando estudar em local e horário que mais lhe convierem; a utilização de forma combinada de outras tecnologias,

como som e imagem; e o acesso a acervos, bibliotecas e museus.

O especialista ressaltou que, pelo sistema de educação a distância, a aprendizagem se dá com base no interesse e no estilo de cada aluno, aproveitando os conhecimentos prévios do estudante. Ele alertou, no entanto, para o perigo de uma “nova colonização” por parte dos países que oferecem esse tipo de educação.

Rejeitada proposta que proíbe nudismo na TV

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, aprovou ontem parecer da conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra pela rejeição do PL 5.040/01, do então deputado Severino Cavalcanti, que considera crime a exibição de cenas de nudismo ou de relações sexuais por emissoras de televisão aberta.

Berenice Bezerra avalia que a

sociedade anseia pela qualificação da programação das emissoras de televisão. No entanto, a representante dos artistas no conselho sugeriu que a melhoria da programação das TVs abertas deverá ocorrer com a regulamentação do artigo 221 da Constituição e por mecanismos de controle público que garantam a possibilidade de a população interferir. De acordo com esse dispositivo constitucio-

nal, a programação da TV deve respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, além de promover a cultura nacional e regional, entre outros.

– O projeto é feliz quando capta o anseio da população pela qualificação da programação. Mas não é a prisão dos proprietários ou dos diretores que vai qualificar a programação das TVs – observou a relatora.

Conselho discute televisão pública e implantação da TV digital no Brasil

Reside no financiamento – ou melhor, na falta dele – um dos principais problemas enfrentados pela televisão pública brasileira. E sua solução envolve, segundo Marco Antonio Coelho Filho, diretor de expansão da TV Cultura, o reordenamento das leis relativas ao setor. Marco Antonio foi um dos participantes da audiência pública realizada ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS).

Para o diretor da TV Cultura, outra grande razão para a “fraqueza da televisão pública brasileira” está no modo como esta surgiu, na década de 1960, durante a ditadura militar. Segundo ele, os militares acreditavam que a

função da TV pública deveria ser a de suprir as deficiências educacionais do povo brasileiro.

– Nas salas de aula, a interação é possível, ao contrário do que ocorre com a TV analógica – observou.

Outro assunto debatido ontem pelo conselho foi a implantação da TV digital no Brasil. O conselheiro Fernando Bittencourt discorreu sobre o tema e destacou o Decreto 5.820/06, o qual estabeleceu que a TV digital brasileira seguirá o padrão japonês. Bittencourt afirmou ainda que a transição da TV analógica para a digital deverá durar dez anos, período em que os dois sistemas deverão coexistir no país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Está prevista a realização de sessão não-deliberativa às 14h. Sem votação de propostas, ela é destinada aos debates dos senadores e à leitura de expediente. Amanhã, sessão especial no Plenário homenageará o XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, a pedido do senador Flávio Arns (PT-PR).

CPI dos Sanguessugas decide convocações

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas realiza reunião administrativa, às 10h, para votar requerimentos, entre eles os que pedem a convocação dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa e Saraiva Felipe. A idéia é investigar se houve participação direta dos ministros na organização do esquema de corrupção.

Reforma política

Hoje, às 11h30, está previsto o lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800612211. O contato pode ser feito também pelo [site *alosenado@senado.gov.br*](mailto:sitealosenado@senado.gov.br).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e

Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Octávio, Ney Suassuna, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy

Presidente e relator da CPI dos Sanguessugas desejam, no encontro com Vedoin, esclarecer dúvidas surgidas nas investigações sobre o esquema de fraudes

Heráclito: Lula não tem condições de propor Constituinte

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o presidente Lula “não tem condições políticas ou morais” para defender a instalação de uma assembléia nacional constituinte que promova uma reforma política.

– Lula não tem autoridade política porque, em vez de abolir as negociatas, o troca-troca partidário que tanto condenava, ele enveredou pelo mesmo caminho. Ele também não tem moral, pois, a cada escândalo novo em seu governo, simplesmente dizia que não tinha conhecimento – ressaltou.

Na sua opinião, a reforma política deve ser objeto de um pacto e de negociações entre o Executivo e o Congresso nos primeiros 60 dias do mandato do próximo presidente da República. O senador acrescentou que, ontem, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou nota negando que a iniciativa da proposta da Constituinte tenha sido da entidade. “O presidente Lula tentou apresentar a idéia como se fosse da OAB”, criticou Heráclito, lamentando que um chefe de Estado crie “um factóide” para ser, posteriormente, desmentido.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) demonstrou desconfiança sobre a proposta, feita às vésperas das eleições. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou necessário respeitar uma eventual insatisfação do presidente Lula com a demora do Congresso em realizar uma reforma política. Heráclito questionou se a culpa pela demora seria do Legislativo ou das medidas provisórias enviadas pelo Executivo e que obstruem a pauta de votações. Para o petista, essa responsabilidade deve ser compartilhada entre os dois Poderes.



Para Heráclito, a reforma política é assunto para o próximo presidente

Biscaia e Lando voltam a ouvir sócio da Planam

Luiz Antônio Trevisan Vedoin, um dos donos da Planam, apontada como organizadora da máfia das ambulâncias, reúne-se hoje reservadamente em Brasília, a partir das 9h, com o relator e o presidente da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO) e deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), para esclarecer dúvidas levantadas nas investigações da comissão.

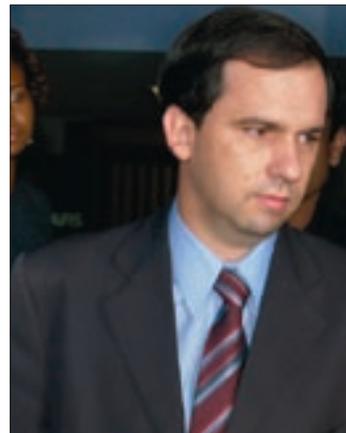
A CPI deve divulgar nesta quinta-feira o relatório sobre o envolvimento de 90 parlamentares – 87 deputados e três senadores – no esquema, por meio de emendas ao Orçamento da União para venda de ambulâncias pela Planam a municípios, a preços superfaturados.

O empresário esteve em Brasília na semana passada, quando foi ouvido por membros da comissão, na última quinta-feira, durante sete horas, na sede da Superintendência da Polícia Federal.



Amir Lando deve apresentar nesta quinta-feira um relatório parcial

Na sexta, ele se encontrou com Lando, no Senado. Vedoin, que estava preso em Cuiabá, foi solto após prestar longo depoimento à Justiça Federal em Mato Grosso e se comprometer a colaborar com as investigações sobre o esquema de fraudes em troca do benefício da delação premiada – que permite a redução da pena do réu em



Luiz Vedoin falará a dirigentes da comissão em reunião reservada

troca de informações.

Convocações

Também hoje, a partir das 10h, a CPI realiza uma reunião administrativa para decidir os próximos passos antes da divulgação do relatório. Cerca de 50 requerimentos poderão ser votados nessa audiência, sendo alguns polêmicos, como os que solicitam

a convocação dos ex-ministros da Saúde do atual governo – Saraiva Felipe e Humberto Costa – para prestar esclarecimentos sobre fatos que ocorreram no órgão durante a gestão deles. Depois de comprovar que o esquema teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, alguns membros da CPI passaram a defender a convocação do ex-ministro José Serra, que ocupou a pasta até 2002.

No depoimento que Vedoin prestou aos membros da comissão, ficou confirmado que a quadrilha não atuava apenas no Ministério da Saúde, mas também em outras pastas. Os membros da CPI já chegaram à conclusão de que haverá uma segunda fase de investigações para descobrir a participação do Poder Executivo na máfia das ambulâncias. A data de início dos trabalhos dessa nova fase é outro ponto polêmico da pauta da reunião de hoje.

Gabeira diz que PSB “aparelhou” Ministério da Ciência e Tecnologia

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, acusou ontem o Partido Socialista Brasileiro (PSB) de “aparelhar” o Ministério da Ciência e Tecnologia, utilizando-se, entre outros expedientes, das verbas para o Programa de Inclusão Digital. Segundo ele, indício claro dessa irregularidade seria a liberação de verbas no valor de R\$ 4,2 milhões para a compra de ônibus equipados com computadores.

– Além de caros e inadequados para o fim de incluir digitalmente a população, os ônibus foram entregues a entidades filantrópicas e ONGs [organizações não-governamentais] que não existem – afirmou o deputado, antes de iniciar a inquirição de assessores parlamentares acusados de receber recursos da máfia das ambulâncias, que também operava com outros tipos de veículos.

Fernando Gabeira disse que o PSB tentou fazer da inclusão digital um “trunfo eleitoral”, chegando a gravar um programa destinado a propaganda gratuita no Rio de Janeiro dentro de um ônibus que trazia pintada na lateral a frase “Brasil País de Todos”, lema do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O “aparelhamento eleitoral”

do ministério teria se dado por meio da apresentação de emendas – coletivas e individuais – ao projeto de Orçamento da União. De acordo com o parlamentar, as verbas foram posteriormente liberadas pelo ex-secretário de Inclusão Digital do MCT e candidato a deputado federal pelo PSB do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

O deputado do Partido Verde ressaltou que não estava acusando este ou aquele parlamentar de se beneficiar pessoalmente das verbas liberadas por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), um órgão do governo federal de elevado conceito. Ele chegou a mencionar os deputados Alexandre Cardoso (RJ) e o líder José Renato Casagrande (ES) como autores de emendas contemplando a compra de ônibus.

– Estou, sim, apresentando elementos, nexos, para que a imprensa investigue jornalisticamente o assunto, mas tenho certeza de que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas provará duas coisas: o ministério foi aparelhado pelo PSB e um grupo de parlamentares colocou dinheiro público no bolso – disse Fernando Gabeira, acrescentando que os ônibus custaram cerca de R\$ 300 mil, mesmo sendo alguns de segunda mão.

Liderança do PSB acusa deputado de usar CPI para fins eleitorais

A Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) divulgou ontem nota em que repudia declarações do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da CPI dos Sanguessugas. Gabeira acusou o partido de “aparelhar” o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) por meio de liberações irregulares de verbas para o Programa de Inclusão Digital.

“O PSB lamenta o uso da CPI para funções eleitorais que podem beirar as raias da irresponsabilidade”, afirma a nota. De acordo com o texto, Gabeira errou ao acusar os deputados Alexandre Cardoso (RJ), líder da bancada, e Renato Casagrande (ES), ex-líder, de destinarem emendas orçamentárias para a aquisição de ônibus que funcionariam como unidades móveis de Inclusão Digital. Os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) comprovariam que nenhum dos dois apresentou emendas relativas a essa atividade, segundo a nota.

A nota foi divulgada pelo ex-secretário de Inclusão Digital do MCT e candidato a depu-

tado federal, Rodrigo Rollemberg (DF). Gabeira mencionou o nome de Rollemberg como uma das autoridades do MCT que devem explicações à CPI, já que, durante sua gestão, liberou verbas de emendas para a compra de ônibus.

“O MCT executou emendas individuais de parlamentares de todos os partidos”, diz Rollemberg no texto. Segundo o ex-secretário, devido ao grande número de emendas parlamentares para o setor, o ministério decidiu liberar os recursos por intermédio da Caixa Econômica Federal e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), “instituições a quem cabia analisar, aprovar e fiscalizar os projetos”. Além disso, conforme Rollemberg, nos convênios realizados pelo MCT, cabe às prefeituras ou instituições realizarem diretamente as licitações.

O ex-secretário colocou-se à disposição da CPI para esclarecimentos, e disse ser “favorável ao aprofundamento das investigações e punição dos responsáveis, quando for o caso”.

Senador lamenta o fato de o Congresso e a mídia darem mais importância a escândalos e “assuntos eleitoreiros” que à discussão de temas relativos ao futuro do país

Saturnino quer debates sobre políticas de desenvolvimento

Roberto Saturnino (PT-RJ) voltou a manifestar sua preocupação com o debate sobre atribuições do Estado na atividade desenvolvimentista do país. Segundo sustentou, a sociedade, a mídia e o próprio Congresso têm dado mais importância ao andamento das investigações de denúncias de corrupção, ao movimento das comissões parlamentares de inquérito e a outros fatos que classificou como “imediatos e eleitoreiros”, que à discussão de questões polêmicas sobre o destino do Brasil em relação ao mundo globalizado.

Saturnino disse que, independentemente das investigações de corrupção e de fiscalização, o Congresso deveria se debruçar mais sobre assuntos relativos ao futuro do país.

– Não temos discutido, nem



Saturnino propõe discussão de temas como o papel do Estado na indústria do biodiesel

no Congresso nem na campanha eleitoral, qual será o papel do Estado, por exemplo, na indústria do biodiesel. Deve-se deixar o mercado livre reger o setor, ou deve-se investir para gerar empregos nesse segmento promissor? – questionou.

Para ele, é preciso definir a

Fotos: Roosevelt Pinheiro

escolha política para os destinos do país: continuar somente com programas assistencialistas de distribuição de renda; investir no desenvolvimento por meio de empresas estatais fortes; ou privatizar o restante desse patrimônio estatal. Para sustentar que o governo pode e deve investir em política de desenvolvimento, Saturnino citou dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) demonstrando que o Executivo gasta mais em programas de distribuição de renda que com o custeio da máquina pública.

– Isso prova que o governo Lula tem contribuído para a redução das desigualdades, tentando fazer justiça social. Mas isso não impede a discussão sobre o papel do Estado no desenvolvimento – concluiu.

Suplicy considera o Senado mais progressista do que a Câmara

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, embora muitos considerem o Senado uma Casa mais conservadora que a Câmara dos Deputados – por ser constituído por pessoas de idade mais elevada –, ele não atestou isso em sua experiência de 16 anos de Parlamento.

– Em muitas ocasiões, o Senado Federal avançou mais e, muitas vezes, deu passos progressistas em relação ao que a Câmara havia realizado, inclusive em temas candentes e importantes do ponto de vista social como, por exemplo, a legislação que trata da reforma agrária – disse.

Suplicy fez um breve histórico do Senado esclarecendo as atribuições da Casa, entre as quais fiscalizar as ações do Poder Executivo, controlar as finanças públicas, propor ações que visem ao desenvolvimento e bem-estar dos estados e dos brasileiros sob a forma de projetos, bem como discorrer sobre quaisquer temas de interesse da nação.

O parlamentar lembrou ainda a participação do Senado na indicação de nomes para integrar tribunais superiores, missões

diplomáticas, referendar acordos e tratados internacionais, aprovar empréstimos externos, convocar autoridades para dar explicações sobre temas econômicos e julgar o presidente da República e ministros do Executivo envolvidos em crimes de responsabilidade, entre outras competências.

– Recentemente, a Comissão de Assuntos Econômicos convidou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e os conselheiros do Conselho Monetário Nacional para explicar o raciocínio que utilizam na hora de compor a taxa básica de juros – exemplificou o senador.

Zuzu Angel

Em seu discurso, Suplicy recomendou aos senadores e à população que assistam ao filme *Zuzu Angel*, do diretor Sérgio Rezende, exibido em pré-estrela na última quarta-feira no Senado. O longa-metragem trata da busca da estilista Zuzu Angel por seu filho, Stuart Jones, preso, torturado e morto pela ditadura militar.

O senador sugeriu também o documentário *Estamira*, do diretor Marcos Prado, bastante premiado no Brasil e no exte-



Após visita a Araraquara, Suplicy sugere reconstrução de presídio pelos detentos

rior, que versa sobre a vida de uma mulher de 65 anos no lixão Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, região periférica do Rio de Janeiro.

Ele referiu-se ainda à visita que fez ao presídio de Araraquara (SP), na qual propôs aos detentos que trabalhassem na reconstrução do prédio, com o que concordaram. Suplicy disse que tinha aceito proposta do governador paulista Cláudio Lembo para apresentar um projeto que permitisse aos presos participarem da construção e reforma de estabelecimentos penitenciários. No entanto, descobriu que a Lei de Execução Penal já previa tal possibilidade e pediu ao senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que presidia os trabalhos ontem, que encaminhasse o ofício a Lembo esclarecendo a questão.

Fátima Cleide vê envolvimento do governo de Rondônia em corrupção

Fátima Cleide (PT-RO) afirmou “acreditar firmemente” no envolvimento do Poder Executivo de Rondônia nos casos de corrupção que levaram a Polícia Federal a prender, na sexta-feira, os presidentes da assembleia legislativa e do Tribunal de Justiça do estado, além de outras 21 pessoas.

– É da competência do Executivo liberar recursos do Orçamento. Portanto, não seria possível destinar mais dinheiro, acima da Lei de Responsabilidade Fiscal, para saciar a ambição dos demais Poderes sem a sua participação.

A senadora lembrou que, em maio de 2005, o governador Ivo Cassol divulgou pela TV Globo gravação que ele fizera, sendo achado por deputados estaduais. Fátima Cleide ressaltou que as gravações haviam sido feitas dois anos antes e indagou por que o governador não as apresentou anteriormente. Ela observou que, depois de tonar públicas as fitas, “a briga entre os Poderes deixou de existir” e Cassol nomeou novo chefe da Casa Civil, com a missão de negociar com os parlamentares.

– Esse assessor, agora candidato a vice-governador na chapa de reeleição do governador, é um dos 23 presos – frisou.

Fátima Cleide disse que o



Fátima Cleide pede prisão dos acusados e ressarcimento de R\$ 70 milhões desviados

Judiciário de Rondônia é constituído, em sua quase totalidade, por juízes e desembargadores honestos, e pediu à Justiça que, além da prisão dos acusados, haja o ressarcimento de aproximadamente R\$ 70 milhões que teriam sido desviados da assembleia legislativa. Ela salientou já ter denunciado, no Senado, “uma banda podre no Poder Judiciário de Rondônia”, tendo sido, à época, “duramente atacada e criticada por parte da imprensa local”.

A senadora sugeriu que o Supremo Tribunal Federal suspenda a norma da Constituição estadual que trata da imunidade parlamentar dos deputados. O discurso foi apoiado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Suassuna quer melhores condições de renegociação para agricultores

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que vai cobrar do governo federal melhores condições para a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores nordestinos. Segundo ele, as regras aprovadas recentemente para a renegociação ajudam a melhorar uma “situação desesperadora”, mas ainda não são suficientes.

O senador lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a lei aprovada pelo Congresso Nacional que tratava dessa questão de uma maneira mais abrangente, mais generosa, mais justa e satisfatória, dando aos agricultores nordestinos 25 anos para pagar suas dívidas, com quatro anos de carência e juros entre 1,5% e 5%. No lugar da lei vetada, o Poder Executivo mandou para o Congresso medida provisória, que foi acolhida no último dia 13 de julho, mas as novas regras, na opinião do parlamentar, “não vão resolver definitivamente o problema”.

Suassuna disse que o agricultor nordestino se dedica a uma atividade de alto risco, devido às incertezas climáticas, mas agora



“O Nordeste merece respeito”, afirma Suassuna, ao cobrar uma solução

também corre o risco de perder as terras para os bancos. Ele assinalou que as dívidas cresceram, a colheita não foi capaz de gerar os recursos necessários para pagar essas dívidas e os bancos ameaçam tomar as terras.

– E enquanto o banco não toma a terra, o agricultor que ainda está lutando para manter sua pequena gleba não consegue novos financiamentos; ele não tem mais crédito, a época do plantio está chegando e ele está com as mãos atadas, não pode fazer nada. Eu vou pressionar o governo. O Nordeste merece respeito – concluiu.